Banco BGN S.A.

CNPJ nº 00.558.456/0001-71

www.bgn.com.br

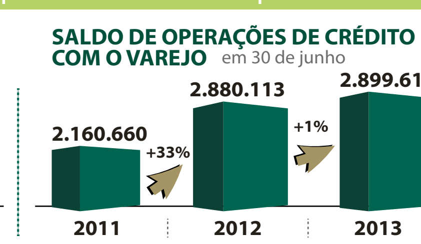
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à Vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Banco BGN S/A, de acordo com a Legislação Societária, relativa aos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012.
BGN, Parte do Grupo BNP Personal Finance no Brasil: A Cetelem, Empresa do Grupo BNP Paribas Personal Finance, buscando ampliar sua participação no mercado de crédito ao consumo no Brasil, adquiriu em outubro de 2008 o controle do Banco BGN, banco com reconhecida expertise no mercado de crédito consignado. O Banco vem apresentando forte crescimento nos últimos anos e, como consequência apresenta neste semestre um resultado líquido de 17.1 Milhões de Reais, em linha com as expectativas da administração.
Reposicionamento das Operações: Alinhado com a estratégia da Cetelem, o Banco BGN ampliou seus esforços comerciais nas operações de pessoa física, aumentando a originação no consignado com foco no INSS, e diversificando a oferta com produtos de seguros, assistências e cartões consignados. Por outro lado, vem reduzindo sua carteira de crédito comercial (Middle Market) e veículos. O crescimento da carteira de crédito consignado, contribuiu para o crescimento do resultado da intermediação financeira da ordem de 30% em comparação com o primeiro de semestre de 2012.
Desempenho Econômico-Financeiro: Os Ativos Totais do BGN em 30 de junho de 2013 somaram R$ 3.549 Milhões (R$ 3.713 Milhões em junho de 2012), apresentando uma redução da ordem de 4,4% em comparação com o primeiro de semestre de 2012, em contrapartida promovemos uma redução na mesma proporção nas linhas de captação. O Patrimônio Líquido fechou em junho de 2013 em R$ 953 Milhões (R$ 908 Milhões em junho de 2011), apresentando um crescimento de 5,0% em relação ao primeiro semestre de 2012. Esta evolução do Patrimônio vem refletindo a nova estrutura societária promovida pelo Grupo e reforça o compromisso do grupo com o crescimento de suas operações no Brasil.
Carteira de Crédito: A carteira de crédito com o varejo em 30 de junho de 2013 fechou em R$ 2.900 Milhões contra R$2.880 Milhões em junho de 2012. A carteira de crédito está distribuída, principalmente, em empréstimos consignados e financiamentos de veículos.
Rating: A agência de classificação de rating Moodys's Investors Service, na avaliação publicada em 25 de Fevereiro de 2013 observou os seguintes pontos fortes do Banco BGN: a elevada integração entre o BGN e BNP Paribas permite ao BGN superar desafios relacionados à captação e a não dependência da venda de operações de crédito. Os seguintes ratings foram afirmados: Rating de Força Financeira de Bancos: D-; Ratings de Depósito em Escala Global e Moeda Local: Ba1 e Not Prime; Ratings de Depósito em Moeda Estrangeira: Ba1 e Not Prime; Ratings de Depósito na Escala Nacional Brasileira: Aa2.br e BR-1. Todos os ratings com perspectiva estável.
Indice da Basileia: Em 30 de junho de 2013 o índice individual do Banco BGN é de 30%. Desde 31 de Março de 2009 o Banco BGN reporta os limites de forma consolidada através do líder o conglomerado Banco BNP Paribas Brasil.
O Observador Cetelem: Fundado em 1989 pela Cetelem na França, "O Observador" é hoje referência de fonte nos estudos periódicos que compreendem e mapeiam os hábitos de consumo e evolução do mercado brasileiro. O estudo nos permite uma reflexão consistente sobre as grandes mudanças ocorridas e auxilia o varejo brasileiro a traçar suas estratégias de negócio, entendendo melhor o consumidor e as tendências que influenciarão seu comportamento. Desenvolvido em parceria com a Ipsos Public Affairs, este estudo é realizado há sete anos pela Cetelem BGN Brasil, e está disponível em www.bgn.com.br.
Controles Internos: Conforme estabelecido pela Resolução nº 2.554/98 BACEN, a estrutura de controles internos da Cetelem/BGN vem sendo continuamente aperfeiçoada através das áreas de Compliance e Auditoria Interna visando fortalecer os controles existentes na instituição.
Agradecimentos: Agradecemos aos clientes e parceiros comerciais pela preferência, aos acionistas pela confiança e aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento com os nossos objetivos e resultados alcançados no 1º semestre de 2013.

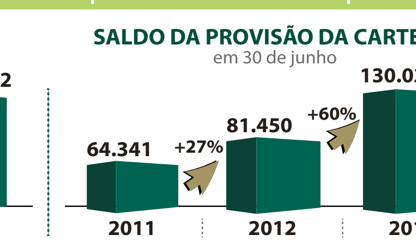
Destaques	Resultado Líquido	Ativos Totais	Total de Operações de Crédito no Varejo		Captações		Patrimônio Líquido	Contratos
	17.118	3.549.486	2.899.612	33%	2.452.586	-9%	952.606	756.077

PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 30 de junho

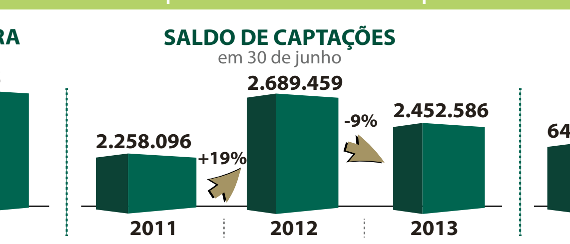
SALDO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O VAREJO em 30 de junho



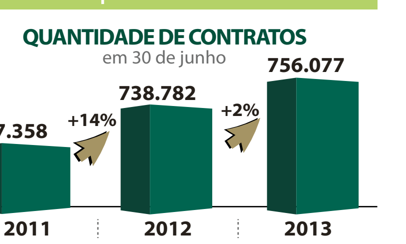
SALDO DA PROVISÃO DA CARTEIRA em 30 de junho



SALDO DE CAPTAÇÕES em 30 de junho



QUANTIDADE DE CONTRATOS em 30 de junho



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante		**1.260.140**	**1.372.402**
Disponibilidades		26	372
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	86.319	202.775
Aplicações no mercado aberto		26.307	14.601
Aplicações em depósitos interfinanceiros		60.012	188.174
Relações interfinanceiras		1.283	3.302
Pagamentos e recebimentos a liquidar		147	400
Depósitos no Banco Central		45	–
Tesouro Nacional-Recursos do crédito rural		761	2.136
Correspondentes		330	766
Operações de crédito		945.564	948.461
Operações de crédito	7	1.010.254	760.773
Setor privado		1.010.254	998.151
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(64.690)	(49.690)
Outros créditos		112.520	120.539
Diversos	8	112.520	120.539
Outros valores e bens	9	114.428	96.953
Despesas antecipadas		114.428	96.953
Realizável a Longo Prazo		**2.274.955**	**2.325.491**
Títulos e valores mobiliários		–	24.940
Carteira própria	6	–	24.940
Operações de crédito		1.825.323	1.857.152
Operações de crédito	7	1.890.655	1.888.912
Setor privado		1.890.655	1.888.912
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(65.332)	(31.760)
Outros créditos		333.772	308.118
Diversos	8	333.772	308.118
Outros valores e bens		115.860	135.281
Despesas antecipadas	9	115.860	135.281
Permanente		**14.391**	**15.143**
Investimentos		8.257	7.960
Participações em controladas:			
No País	13	8.008	7.711
Outros investimentos		249	249
Imobilizado de uso		848	1.782
Outras imobilizações de uso		5.825	6.325
(Depreciações acumuladas)		(4.977)	(4.543)
Intangível		5.262	5.332
Ativos Intangíveis		7.711	6.817
(Amortização acumulada)		(2.449)	(1.485)
Diferido		24	69
Gastos de organização e expansão		1.208	1.208
(Amortização acumulada)		(1.184)	(1.139)
Total do Ativo		**3.549.486**	**3.713.036**

PASSIVO	Nota Explicativa	2013	2012
Circulante		**1.918.396**	**2.030.555**
Depósitos	11	1.842.217	1.967.843
Depósitos à vista		514	739
Depósitos interfinanceiros		1.825.176	1.945.856
Depósitos a prazo		16.527	21.248
Relações interfinanceiras		2.570	3.879
Recebimentos e pagamentos a liquidar		2.570	2.064
Correspondentes		–	1.815
Outras obrigações		73.609	58.833
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		790	995
Fiscais e previdenciárias		8.418	9.657
Diversas	12	64.401	48.181
Exigível a Longo Prazo		**678.484**	**774.207**
Depósitos	11	610.369	721.616
Depósitos interfinanceiros		582.690	662.379
Depósitos a prazo		27.679	59.237
Outras obrigações		68.115	52.591
Diversas	12	68.115	52.591
Patrimônio Líquido		**952.606**	**908.274**
Capital:			
De domiciliados no país		412.664	412.664
Reserva de capital		325.525	325.525
Reservas de lucros		214.417	170.085
Total do Passivo		**3.549.486**	**3.713.036**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital	Aumento de Capital	Reserva de Capital – Reserva de Ágio	Reserva de Lucros – Legal	Reserva de Lucros – Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	176.682	235.982	325.525	10.835	128.544	–	877.568
Homologação do aumento de capital	235.982	(235.982)	–	–	–	–	–
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	30.706	30.706
Destinações:							
Reserva legal	–	–	–	1.535	–	(1.535)	–
Reserva de lucros	–	–	–	–	29.171	(29.171)	–
Saldos em 30 de Junho de 2012	412.664	–	325.525	12.370	157.715	–	908.274
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	412.664	–	325.525	13.731	183.568	–	935.488
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	17.118	17.118
Destinações:							
Reserva legal	–	–	–	856	–	(856)	–
Reserva de lucros	–	–	–	–	16.262	(16.262)	–
Saldos em 30 de Junho de 2013	412.664	–	325.525	14.587	199.830	–	952.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Exercícios 2013	2012
Receitas da Intermediação Financeira		**367.611**	**347.612**
Operações de crédito	7	362.190	339.469
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		5.420	8.143
Despesas da Intermediação Financeira		**(182.088)**	**(204.376)**
Operações de captação no mercado		(116.186)	(146.237)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(65.903)	(58.139)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**185.522**	**143.236**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(151.056)**	**(96.031)**
Receitas de prestação de serviços		540	–
Rendas com tarifas bancárias		–	557
Despesas de pessoal	16	(10.391)	(8.856)
Outras despesas administrativas	17	(121.178)	(74.698)
Despesas tributárias		(11.286)	(8.994)
Resultado de participações em coligada e controlada	10	147	11.405
Outras receitas operacionais	18	16.527	20.315
Outras despesas operacionais	19	(25.415)	(35.760)
Resultado Operacional		**34.466**	**47.205**
Resultado não Operacional	20	722	5.595
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**35.188**	**52.800**
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	**(16.313)**	**(20.365)**
Provisão para imposto de renda		(6.189)	(3.605)
Provisão para contribuição social		(2.313)	(2.206)
Ativo fiscal diferido	8	(7.811)	(14.554)
Participações Estatutárias no Lucro		**(1.757)**	**(1.729)**
Lucro Líquido do Semestre		**17.118**	**30.706**
Número de ações		412.664.093	412.664.093
Lucro líquido por lote de mil ações - R$ 1,00		41,48	74,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Exercícios 2013	2012
Fluxo de Caixa nas Atividades Operacionais			
Lucro líquido		17.118	30.706
Ajustes ao lucro líquido			
- Despesas de depreciação e amortização	17	762	889
- Provisão para operações de crédito e outros crédito de liquidação duvidosa	7	65.903	58.139
- Lucro na alienação de investimento		–	(3.459)
- Outras despesas		654	–
- Provisão para contingências	18 e 19	(9.294)	14.240
- Resultado de equivalência patrimonial	10	(147)	(11.405)
- Tributos diferidos	21	7.811	14.554
Lucro líquido ajustado		82.807	103.664
(Aumento) Redução dos Ativos			
Aplicação interfinanceira de liquidez		–	(154)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		28.595	109.432
Relações interfinanceiras e interdependências		1.190	(430)
Operações de crédito		32.430	(552.253)
Outros créditos		(31.888)	(4.346)
Outros valores e bens		9.442	(87.253)
Aumento (Redução) dos Passivos			
Depósitos		(282.819)	261.741
Relações interfinanceiras e interdependências		2.553	401
Outras obrigações		31.240	(37.794)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais		**(126.451)**	**(206.990)**
Atividades de Investimento			
Dividendos e bonificações recebidos		–	1.455
Alienação de investimentos		–	334.511
Aquisições de imobilizado de uso		(1)	(460)
Alienação de imobilizado de uso		–	117
Aquisição - intangível		–	(1.164)
Caixa Líquido Gerado Utilizado nas Atividades de Investimento		**(1)**	**334.459**
Aumento Líquido (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(126.452)**	**127.469**
Caixa e Equivalentes a Caixa:			
No início do semestre	4	212.797	75.524
No fim do semestre	4	86.345	202.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BGN S.A. ("Banco" ou "BGN") é um banco múltiplo, autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar as carteiras comerciais, de câmbio e de crédito, financiamento e investimento. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas do Grupo Cetelem BGN ("Grupo") que atuam integradamente no mercado financeiro e de serviços no Brasil. Atualmente, porção significativa das captações de recursos (depósitos) é realizada junto a partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

2. BASE PARA PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Desta forma o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, considerou, quando aplicável, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo CMN, quais sejam: a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09; d) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de estimativa e retificação de erro homologada pela Resolução CMN nº 4.007/11; f) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11; g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; h) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Novos pronunciamentos emitidos pelo Banco Central do Brasil que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2012: Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, que estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração para divulgação e apresentação em 27 de Agosto de 2013.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "*pro rata temporis*", substancialmente com base no método exponencial. b) Caixa e equivalentes de caixa: Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de justo. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: - títulos para negociação; - títulos disponíveis para venda; - títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor justo e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 30 de Junho de 2013 e de 2012. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados como para negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes para o valor justo dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva ou liquidação dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de opções são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: - Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercícios; Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os critérios para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos são calculados com base: 1. No valor divulgado pela Anbima ou representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou agentes de mercado, quando necessário. 2. No fluxo de caixa trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa ou por cotações de mercado para aqueles instrumentos que as possuam ou outros modelos desenvolvidos pelo Banco. e) Operações de crédito: As operações são registradas inicialmente aos seus respectivos valores de aplicação, equivalentes aos desembolsos na data de contratação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, apurados com base nas taxas contratadas. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H, permanecem nesse nível de risco até 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente, passando a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando em conta patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando existem evidências de mudança nas premissas anteriores. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. f) Cessões de crédito: Até 31 de dezembro de 2011, o Banco adotou os procedimentos de contabilização das suas operações de cessão de crédito realizadas de acordo com a Circular BACEN nº 2.568 de 4 de maio de 1995, que determina que o ativo cedido deve ser baixado e controlado em conta de compensação, e a receita gerada na operação deve ser reconhecida integralmente no resultado, no momento da venda. A partir de janeiro de 2012, as operações de cessão de crédito passaram a ser registradas contabilmente com base na Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2011 cujos efeitos produzidos na adoção modificaram os procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2013, não houve cessão de operações de créditos a outras instituições financeiras e aos fundos de investimento em direitos creditórios. g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito, e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H a perda total. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em estimativa da Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos e é considerada suficiente pela administração. h) Despesas antecipadas: Despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ocorrerão em períodos futuros, sendo representadas principalmente por despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função do prazo das operações correspondentes. i) Investimentos: Os Investimentos em controlada e coligada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável. j) Ativo Imobilizado: Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo valor de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, móveis e utensílios, sistema de comunicação - 10% e equipamentos de processamento de dados e veículos - 20%. k) Ativo Diferido: O ativo diferido é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos de organização e expansão são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de locação e os demais gastos são amortizados em 5 anos. l) Ativo Intangível: O ativo intangível é registrado pelo custo deduzido da amortização acumulada. Os gastos com aquisição de logiciais são amortizados em 5 anos ou proporcionalmente ao prazo de utilização ou de geração de benefício econômico. m) Ajuste ao valor recuperável dos ativos não financeiros: Em relação à redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*"impairment"*), é reconhecida uma perda por *"impairment"* se o valor residual de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *"impairment"* são reconhecidas no resultado do período. No semestre findo em 30 de Junho de 2013, o Banco não identificou evidências de *"impairment"* em seus ativos não financeiros. Perdas com obsolescência ou quebra dos itens de ativo fixo são reconhecidas quando identificadas, independentemente da análise de *impairment* efetuada. n) Passivo circulante e exigível a longo prazo: Os passivos circulante e exigível a longo prazo representam os valores conhecidos na data do balanço, incluindo encargos e variações monetárias e cambiais incorridos. o) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R$ 120 no semestre, e a contribuição social é calculada à alíquota de 15%. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias. Os tributos diferidos passivos são calculados sobre as exclusões temporárias. Todos são registrados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços. p) Ativos, Provisões e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 25 e na Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma: Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimentos às normas do BACEN. q) Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações financeiras do Banco exige que a administração faça uso de estimativas e estabeleça premissas relativas, por exemplo, aos valores justos ativos e passivos financeiros, vida útil do ativo imobilizado, provisões para perdas com crédito e contingências, que afetam os valores reportados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	26	372
Aplicações interfinanceiras de liquidez	86.319	202.621
Total de caixa e equivalentes de caixa	86.345	202.993

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2013	2012
Operações compromissadas:		
Notas do Tesouro Nacional - NTN (nota 13b)	–	14.601
Letras do Tesouro Nacional - LTN (nota 13b)	26.307	–
Depósitos Interfinanceiros (nota 13b)	60.012	188.174
Total	86.319	202.775

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 os resultados auferidos em aplicações interfinanceiras de liquidez totalizam R$ 5.138 (R$ 6.753 em 2012).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2013	2012
Disponíveis para venda		
Cotas de Fundo de Investimento	–	24.940
Total	–	24.940

Composição por categoria - disponíveis para venda:

Descrição	Vencimento	Quantidade	2012 Valor da curva (*)	2012 Valor de Mercado
Fundos de Investimento				
BGN Life	2015	21.980	24.940	24.940
Total			24.940	24.940

(*) Valor do custo mais rendimentos. Em 30 de junho de 2012, referem-se à aplicação em fundo de direitos creditórios - FIDC BGN Life - 100% das suas cotas são subordinadas, sendo o fundo custodiado no Banco Bradesco S.A.
O valor justo do fundo foi ajustado com base na cota divulgada pelo administrador de cada fundo. Por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no FIDC, o Banco reconheceu contabilmente, durante o semestre findo em 30 de junho de 2013 e de 2012, na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários", o seguinte resultado da variação dessas cotas:

	2013	2012
Resultado da variação das cotas subordinadas	282	1.391

O valor justo dos títulos públicos é apurado com base no valor divulgado pela Anbima, representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa. Conforme Ata de Assembleia Geral de Quotistas de 07 de março de 2013, o Banco BGN S.A, na condição de único detentor das quotas subordinadas, promoveu a liquidação antecipada do fundo de direitos creditórios - FIDC BGN Life. Por conta do encerramento das atividades do fundo, o banco assumiu integralmente os direitos creditórios e recebeu o montante de R$ 28.877 a título de quitação.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
O saldo de operações de crédito é composto, principalmente, por operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outros Entes. Em 30 de Junho de 2013 e de 2012, a carteira de operações de crédito estava composta da seguinte forma:
a) Composição por vencimento: Os saldos das operações de crédito analisadas para classificar o risco de crédito, apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento:

	2013 Valor	2013 % sobre o total da carteira	2012 Valor	2012 % sobre o total da carteira
A Vencer:				
Até 180 dias	499.219	17,21	501.753	17,38
De 181 até 360 dias	467.598	16,12	465.524	16,12
Acima de 360 dias	1.890.655	65,17	1.888.912	65,43
	2.857.472	98,50	2.856.189	98,93
Vencidas:				
Até 14 dias	2.432	0,08	4.790	0,17
De 15 a 60 dias	10.597	0,37	9.777	0,34
Vencidas há mais de 60 dias	30.408	1,05	16.307	0,56
	43.437	1,50	30.874	1,07
Total	2.900.909	100,00	2.887.063	100,00

b) Composição por carteira:

	2013 A vencer	2013 Vencidas	2013 Total	2012 Total
Empréstimos consignados	2.821.012	40.996	2.862.008	2.792.702
Outros empréstimos	390	–	390	2.579
Títulos descontados	907	–	907	4.371
Financiamentos	35.163	2.441	37.604	87.411
Total da carteira	2.857.472	43.437	2.900.909	2.887.063

c) Composição da carteira por nível de risco e por setor de atividade: Em 30 de Junho de 2013 e de 2012, o risco da carteira por setor de atividade, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

2013	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor Privado									
Indústria	–	–	66	37	–	–	–	–	103
Serviços	801	54	–	–	–	–	–	390	1.245
Pessoas físicas	2.629.604	54.863	40.346	29.079	24.249	22.372	19.005	80.043	2.899.561
Total da carteira - 30/06/2013	2.629.405	54.917	40.412	29.116	24.249	22.372	19.005	80.433	2.900.909

2012	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor Privado									
Indústria	–	–	275	322	–	–	–	1.084	1.681
Serviços	1.958	77	–	–	–	–	–	217	2.252
Pessoas físicas	2.677.850	66.424	41.139	24.886	18.472	15.688	10.975	27.696	2.883.130
Total da carteira - 30/06/2012	2.679.808	66.501	41.414	25.208	18.472	15.688	10.975	28.997	2.887.063

Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 as receitas com operações de créditos totalizam R$ 362.190 (R$ 339.469 em 2012). As taxas praticadas nas operações variam de 1,50% e 3,55% ao mês (1,38% e 2,75% ao mês em 2012). A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou a seguinte movimentação:

	Carteira de crédito 2013	2012
Saldos no início do semestre	116.852	71.671
Provisões constituídas (revertidas)	65.903	58.139
Valores baixados para prejuízo	(52.733)	(48.360)
Saldos no fim do semestre	130.022	81.450

O estoque de operações de crédito baixadas e controladas em conta de compensação, em 30 de Junho de 2013, corresponde a R$ 396.073 (R$ 305.819 em 30 de junho de 2012). Foram recuperados no exercício, créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R$14.110 (R$ 14.909 em 2012) e renegociados créditos no montante de R$ 439.311 (R$ 329.255 em 2012), incluídas as novas liberações para operações já existentes. As operações originadas em renegociação representam o montante de R$ 1.364.405 (R$ 1.241.568 em 2012) do valor total da carteira de crédito. Em 30 de Junho de 2013 e de 2012, a concentração dos principais devedores era a seguinte:

	2013 Valor	2013 % sobre o Total da Carteira	2012 Valor	2012 % sobre o Total da Carteira
10 maiores devedores	2.130	0,07	3.724	0,13
50 seguintes maiores devedores	9.048	0,31	9.589	0,33
100 seguintes maiores devedores	14.694	0,51	15.156	0,53
Demais devedores	2.875.037	99,11	2.858.594	99,01
Total	2.900.909	100,00	2.887.063	100,00

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2013	2012
Créditos tributários de impostos e contribuições (a)	348.613	361.072
Devedores por depósitos em garantia	42.715	11.144
Recompra antecipada	20.668	19.658
Adiantamento de comissão	11.090	6.617
Devedores diversos - país	10.341	7.255
Impostos e contribuições a compensar e a recuperar	8.036	17.283
Adiantamento a correspondentes - acordos especiais	3.333	3.933
Adiantamentos diversos	1.221	1.536
Valores a receber a sociedades ligadas (nota 13.b)	15	–
Adiantamentos e antecipações salariais	260	159
Total	446.292	428.657
Curto prazo	112.520	120.539
Longo prazo	333.772	308.118

(a) O saldo de crédito tributário diferido registrado no período decorre de Prejuízo Fiscal e Base Negativa, diferenças temporárias sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), contingências cíveis e trabalhistas e demais provisões. A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Imposto de Renda 2013	2012	Contribuição Social 2013	2012	Total 2013	2012
Saldo anterior	222.765	234.766	133.659	140.860	356.424	375.625
(+) Constituição de créditos	6.939	6.201	4.163	3.720	11.102	9.921
(–) Realização de créditos	(11.821)	(15.297)	(7.092)	(9.178)	(18.913)	(24.475)
(=) Saldo atual	217.883	225.670	130.730	135.402	348.613	361.072

O saldo da provisão ativa de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "Outros Créditos - Diversos" apresenta a seguinte composição:

	Base de Cálculo 2013	2012	Imposto de Renda 2013	2012	Contribuição Social 2013	2012
Adições Temporárias						
- Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	37.405	23.284	9.350	5.820	5.610	3.493
- Provisão para participação nos lucros	1.326	2.493	332	623	199	374
- Provisão para créditos em liquidação duvidosa (1)	234.250	189.463	58.563	47.366	35.138	28.419
- Ágio na incorporação (2)	542.542	623.923	135.636	155.981	81.381	93.588
- Outras provisões	21.510	6.698	5.378	1.674	3.227	1.005
Prejuízo fiscal e Base negativa	34.500	56.819	8.624	14.205	5.175	8.523
Total de Créditos Tributários Ativados	871.533	902.680	217.883	225.670	130.730	135.402

(1) A Lei nº 9.430, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. As provisões para perdas com operações de crédito são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e alterações posteriores. Desta forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão. Diante da temporariedade da adição das provisões para créditos de liquidação duvidosa e passivos contingentes, e conforme disposição da Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002 e artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, o Banco registra crédito tributário correspondente ao Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre referidas diferenças temporárias. (2) Devido à reestruturação societária ocorrida em 2010, o Banco constituiu reserva de ágio no patrimônio líquido no montante de R$ 325.525 em contrapartida à conta de crédito tributário, reserva esta, oriunda do crédito tributário sobre a provisão para baixa de ágio no montante de R$813.813, cujo prazo de amortização é de dez anos, pago pelo Grupo BNP Paribas quando da aquisição do Grupo BGN. Os Créditos Tributários provenientes de Imposto de Renda e da Contribuição Social são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições. Os Créditos Tributários de Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos calculados sobre Prejuízo Fiscal - PF e Base Negativa - BN de períodos anteriores, são realizados à medida que o Banco apresente lucro tributável. A legislação do imposto de renda, através da Lei 8.981/95 prevê que as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro líquido, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação do imposto de renda, limitado a 30%, os valores dos referidos prejuízos. Os quadros abaixo demonstram a realização do saldo de créditos tributários em 30 de junho de 2013 e 2012, das adições temporárias ao longo dos próximos 10 (dez) anos e do Prejuízo Fiscal e Base Negativa ao longo dos próximos 3 (três) anos comparativamente com o valor presente, calculado com base na taxa média de captação.

2013 – Período	Realização do Crédito de Prejuízo Fiscal – Valor Previsto	Valor Presente	Realização do crédito de Base Negativa – Valor Previsto	Valor Presente	Total – Valor Previsto	Valor Presente
2013	2.537	2.430	1.522	1.458	4.059	3.888
2014	3.617	3.141	2.170	1.885	5.787	5.026
2015	2.470	1.925	1.483	1.155	3.953	3.080
Total	8.624	7.496	5.175	4.498	13.799	11.994

Período	Realização do Crédito de Diferenças Temporárias – Valor Previsto	Valor Presente	Realização do Crédito de Diferenças Temporárias – Valor Previsto	Valor Presente	Total – Valor Previsto	Valor Presente
2013	23.790	22.788	14.273	13.673	38.063	36.461
2014	30.277	26.293	18.166	15.776	48.443	42.069
2015	30.540	23.788	18.324	14.273	48.864	38.061
2016	31.408	21.915	18.845	13.149	50.253	35.064
2017	32.364	20.276	19.419	12.166	51.783	32.442
Até 2022	60.880	31.971	36.528	19.183	97.408	51.154
Total	209.259	147.031	125.555	88.220	334.814	235.251

9. OUTROS VALORES E BENS - DESPESAS ANTECIPADAS
Referem-se, principalmente, às despesas com comissão na intermediação de operações de crédito consignado, amortizadas em função da realização dos juros das respectivas operações.

	2013	2012
Comissão na originação de operações de crédito	230.263	232.195
Outras	25	39
Total	230.288	232.234
Curto prazo	114.428	96.953
Longo prazo	115.860	135.281

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

	2013 BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (b)	2013 Total	2012 Carrefour Promotora de Venda e Participações Ltda. (a)	2012 BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (b)	2012 Total
Capital social	7.000	–	–	7.000	–
Patrimônio líquido ajustado	8.008	–	–	7.711	–
Nº de ações possuídas	7.000.000	–	–	6.999.994	–
Lucro líquido no semestre	147	–	–	228	–
Participação do Banco BGN S.A. (%)	100	–	–	99,99991	–
Resultado da equivalência patrimonial	147	147	11.177	228	11.405
Saldo do investimento	8.008	8.008	–	7.711	7.711

(a) Em 23 de abril de 2012, o Banco Central do Brasil - BACEN aprovou a venda da participação do investimento na Carrefour Promotora de Vendas e Participações Ltda., conforme Ofício 02952/2012-BCB/Deorf/Gabin, com o seguinte impacto financeiro:

Saldo do Investimento em 31/12/2011	337.500
Resultado de equivalência patrimonial até 31/03/2012	11.177
(–) Exercício do contrato de venda de opção de compra	(17.625)
(–) Valor de venda com base na cotação do Euribor	(334.511)
Resultado líquido na venda de investimento	3.459

(b) Com a forte desvalorização cambial ocorrida no início de 1999, que alterou o cenário econômico brasileiro, provocando retração no mercado de arrendamento mercantil, a Administração do Banco optou pela paralisação das atividades da investida BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e ainda não definiu a sua retomada. A BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil está em processo de alienação, conforme contrato vinculante celebrado em abril de 2013, cuja efetividade da operação somente ocorrerá quando das aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

11. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Depósitos

Vencimento	2013 Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Total	2012 Total
À vista	514	–	–	–	–	739	739
Interfinanceiro	–	613.764	1.211.412	580.662	2.028	2.407.866	2.608.235
A prazo	–	510	16.017	27.679	–	44.206	80.485
Total	514	614.274	1.227.429	608.341	2.028	2.452.586	2.689.459

b) Concentração dos depósitos

	2013 Valor	2013 % sobre o Total da Carteira	2012 Valor	2012 % sobre o Total da Carteira
10 seguintes maiores depositantes	2.450.837	99,93	2.686.102	99,88
50 seguintes maiores depositantes	1.749	0,07	3.356	0,12
100 seguintes maiores depositantes	–	–	1	–
Total	2.452.586	100	2.689.459	100,00

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, as partes relacionadas representam parte substancial do total de depositantes em 30 de Junho de 2013 e de 2012. Nos semestres findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 os resultados auferidos totalizam R$116.186 (R$146.237 em 2012). As taxas praticadas variam entre 7,71% e 14,40% ao ano (8,39% e 14,37% ao ano em 2012).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2013	2012
Credores diversos - país	60.521	51.723
Provisão para contingências (Nota nº 14)	44.625	30.273
Provisão para despesas administrativas	24.138	14.895
Provisão para despesas com pessoal	2.019	3.378
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 13 b)	1.128	33
Cheques administrativos	4	12
Outros pagamentos	81	458
Total	132.516	100.772
Curto prazo	64.401	48.181
Longo prazo	68.115	52.591

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O Banco é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. De acordo com o seu Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por até 6 (seis) membros, todos acionistas da instituição, eleitos por Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. A Diretoria deve ser composta por até 7 (sete) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo, um Diretor Presidente, um diretor Vice-Presidente e os demais designados Diretores Executivos. A remuneração atribuída aos Diretores no conglomerado das empresas integrantes do Grupo Cetelem/BGN para os semestres findos em 30 de Junho de 2013 e de 2012 foram de, respectivamente, R$5.132 e R$10.848, os quais representam benefícios de curto prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. b) Transações com partes relacionadas: Os Depósitos à vista, Depósitos Interfinanceiros, Depósitos a Prazo e as Outras Despesas Administrativas referentes a serviços técnicos especializados e demais transações entre partes relacionadas são efetuados em condições e taxas contratadas entre as partes. Os saldos e transações são demonstrados como segue:

	2013 Ativos (Passivos)	2013 Receitas (Despesas)	2012 Ativos (Passivos)	2012 Receitas (Despesas)
Aplicações em operações compromissadas	26.307	721	14.601	501
Banco BNP Paribas S.A - (parte relacionada)	26.307	721	14.601	501
Aplicações em depósitos interfinanceiros	60.012	4.417	188.174	3.683
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	60.012	4.417	188.174	3.683
Depósitos à vista	(421)	–	(488)	–
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(110)	–	(430)	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (coligada)	(308)	–	(46)	–
BGN Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - (Controlada)	(1)	–	(12)	–
Cetelem Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(2)	–	–	–
Depósitos a prazo	(18.127)	(899)	(33.064)	(3.369)
Cetelem Latin American Holding Participações Ltda. - (parte relacionada)	(3.183)	(107)	(3.586)	(163)
Cetelem América S.A. - (Controladora)	(1.659)	(66)	(2.302)	(147)
Cetelem Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(8.898)	(367)	(23.293)	(924)
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	(4.387)	(74)	(3.883)	(213)
Depósitos interfinanceiros	(2.407.866)	(114.641)	(2.608.235)	(142.694)
BGN Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - (Controlada)	(8.074)	(271)	(7.825)	(419)
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	(58.132)	(2.159)	(120.263)	(2.762)
Banco BNP Paribas S.A. - (parte relacionada)	(2.341.660)	(112.211)	(2.480.147)	(139.523)
Valores a receber/(pagar) de sociedades ligadas e Outras despesas administrativas	50.980	(25.414)	26.749	(4.044)
BGN Mercantil e Serviços Ltda. - (parte relacionada)	52.092	(25.379)	26.779	(3.973)
Cetelem Serviços Ltda. - (parte relacionada)	–	(35)	–	(71)
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	15	–	(33)	–
Cetelem Brasil S.A. - CFI - (Coligada)	(1.127)	–	–	–

Os depósitos interfinanceiros com partes relacionadas são remunerados a taxas que variam de 7,71% a.a. a 14,40% a.a.. A rubrica de Outras Despesas Administrativas corresponde ao valor pago a empresas ligadas pela captação de clientes.

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2013	2012
Cíveis	19.464	9.718
Trabalhistas	17.942	13.567
Fiscais	7.219	6.988
Total	44.625	30.273
Curto Prazo	4.463	3.027
Longo Prazo	40.162	27.246

Movimentação das provisões:

Movimentação	Contingências – Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial - 31/12/2011	–	12.849	4.681	17.530
Constituição	6.988	867	6.385	14.240
Baixas por pagamento	–	(149)	(1.348)	(1.497)
Saldo final - 30/06/2012	6.988	13.567	9.718	30.273
Saldo inicial - 31/12/2012	7.109	14.594	12.352	34.055
(+) Adição por reclassificação contábil (*)	–	–	1.607	1.607
Constituição	110	3.409	5.774	9.293
Baixas por pagamento	–	(61)	(271)	(332)
Saldo final - 30/06/2013	7.219	17.942	19.464	44.624

(*) Referem-se a liquidações ocorridas em períodos anteriores, lançadas contabilmente como redutora das provisões dos passivos contingentes, sendo o correto classificá-las como ativo de depósitos judiciais.
Trabalhistas: São ações movidas por ex-colaboradores nas quais são pleiteados os direitos de natureza trabalhista, cujos objetos de discussão estão relacionados a danos morais, horas extras e equiparação salarial. Suportada na opinião dos consultores jurídicos, o Banco constituiu provisão no montante de R$ 17.942 (R$ 13.567 em 2012) com base em percentual esperado de perda sobre os valores em discussão de todas as ações. Cíveis: Referem-se a ações indenizatórias de danos morais e materiais. São reconhecidas contabilmente de acordo com o histórico de perdas das causas, para os quais existe provisão de R$19.463 (R$ 9.718 em 2012). Com o objetivo de padronizar o critério de provisão para contingências cíveis entre as empresas do grupo Cetelem BGN, a partir de junho de 2012, o cálculo de provisionamento passou a ser constituído com base no valor médio dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, sendo este valor médio aplicado sobre os processos em andamento. Fiscal: Referem-se à auto de infração lavrado em 11 de junho de 2012, de IRPJ e CSLL incidentes sobre despesas com perdas em operações de créditos de liquidação duvidosa (Lei nº 9.430/96) nos exercícios de 2007 a 2008 e à diferença de alíquota de CSLL de 2008. O saldo da provisão em 30 de junho de 2013 monta o valor de R$ 7.219 (R$ 6.138 em 2012), atualizado pela Selic. Não existem causas classificadas como nível de risco "possível".

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social: O capital social integralizado, em 30 de Junho de 2013 e 2012, está dividido em 412.664.093 de ações ordinárias de valor nominal de R$ 1,00 cada uma. b) Destinação do resultado: Do lucro líquido apurado no final de cada exercício, 5% são destinados para a constituição da reserva legal. Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em 2013 e 2012, foi efetuada a destinação dos lucros acumulados para a rubrica Reservas Especiais de Lucro em atendimento à Resolução CMN nº 3.605 de 29 de agosto de 2008. Com intuito de segregar as atividades financeiras e não financeiras do Grupo, cada qual a ser concentrada sob uma holding específica, em 26 de fevereiro de 2010, o Banco incorporou simultaneamente o acervo líquido das empresas BGN Holding e Cetelem Holding. Este evento de incorporação reversa da BGN Holding gerou a constituição de reserva de ágio no patrimônio líquido no montante de R$ 325.526 em contrapartida à conta de crédito tributário, reserva esta, oriunda da provisão para baixa de ágio no montante de R$813.813 pago pelo Grupo BNP Paribas quando da aquisição do Grupo BGN. c) Acordo da Basileia: As instituições financeiras devem manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. Desde 31 de março de 2009, o BGN está apurando os limites de forma consolidada através do Banco BNP Paribas Brasil S.A.

16. DESPESAS DE PESSOAL
O Grupo definiu uma metodologia para rateio das custas envolvendo as empresas Cetelem Brasil S.A. - Crédito Financiamento e Investimento e Banco, considerando os gastos com pessoal (proventos, encargos sociais e benefícios), com efeitos a partir do exercício de 2012. Os resultados apurados com despesas de pessoal, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2013, estão assim compostos:

	2013	2012
Despesas de pessoal - proventos	5.025	2.153
Despesas de pessoal - encargos sociais	2.799	2.104
Despesas de honorários	670	3.779
Despesas de pessoal - benefícios	1.881	820
Despesas de pessoal - treinamento	16	–
Total	10.391	8.856

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS
Os resultados apurados com outras despesas administrativas estão assim compostos:

	2013	2012
Despesas com serviços técnicos especializados (*)	95.951	55.858
Despesas de processamento de dados	7.597	6.780
Despesas de seguros	5.648	2.221
Despesas com serviços de terceiros	4.655	1.899
Despesas de comunicações	2.299	2.619
Despesas com serviços do sistema financeiro	969	1.074
Despesas de promoções e relações públicas	379	720
Despesas de material	207	69
Despesas de transporte	468	588
Despesas de amortização	489	590
Despesas de depreciação	273	299
Despesas com aluguéis	531	489
Outras despesas administrativas	1.712	1.492
Total	121.178	74.698

(*) Referem-se substancialmente a comissões na originação das operações de crédito consignado.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Os resultados apurados com outras receitas operacionais estão assim compostas:

	2013	2012
Reversão de provisão para perdas em comissão - consignado	4.949	–
Reversão de provisão de recompra não averbada	4.474	14.671
Reversão de provisão de acordos especiais	2.704	–
Reversão de provisões de despesas administrativas	1.612	1.397
Variação monetária ativa sobre créditos CSLL e IRJP	927	2.416
Recuperação de encargos e despesas administrativas	530	756
Reversão de provisões para contingências trabalhistas	363	233
Reversão de provisão de seguro prestamista	655	–
Outras	313	842
Total	16.527	20.315

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
Os resultados apurados com outras despesas operacionais estão assim compostas:

	2013	2012
Provisão para contingência cível (nota 14)	5.774	6.385
Convênios	5.173	5.214
Provisão para contingência trabalhista	3.772	1.100
Recompras não averbada (*)	3.610	2.037
Baixa por fraude	1.985	11.493
Provisão para perdas operacionais	1.650	–
Variação monetária sobre créditos de IRPJ	947	–
Provisão para baixa de repasse pendente	155	–
Provisão para perdas em adiantamento acordos especiais	654	–
Provisão para contingência fiscal	110	6.988
Outras	1.585	2.543
Total	25.415	35.760

(*) Referem-se às operações de recompra de crédito consignado junto a outras instituições financeiras e pendentes de averbação até a data do balanço.

20. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2013	2012
Lucro na alienação de participação societária (Nota 10)	–	3.459
Ganhos ou (Perdas) de capital sobre cessão de crédito	721	1.763
Resultado na alienação de valores e bens	–	370
Outras	1	3
Total	722	5.595

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela Estimativa. O efeito em resultado no semestre findo em 30 de junho de 2013 foi de despesa de R$ 11.071 (R$ 12.701 em 30 de junho de 2012) e de Contribuição Social foi de R$ 5.242 (R$ 7.664 em 30 de junho de 2012), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

	Imposto de Renda 2013	2012	Contribuição Social 2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	33.431	51.071	33.431	51.071
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(8.346)	(12.756)	(5.014)	(7.662)
Efeitos do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes no semestre				
Resultado de equivalência patrimonial	37	2.851	22	1.711
Outras adições	(389)	(2.811)	(234)	(1.686)
Efeitos do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias no semestre				
Outras diferenças temporárias	(27)	–	(16)	–
Ajustes de anos anteriores	(2.359)	(75)	–	(27)
Incentivos fiscais	13	90	–	–
Crédito (despesa) contabilizado	(11.071)	(12.701)	(5.242)	(7.664)

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS
Riscos e administração de riscos: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros decorrentes dos negócios do Banco são: o risco de crédito, o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de capital. A administração desses riscos é um processo que abrange diversas políticas e estratégias. As políticas de administração desses riscos são, em geral, conservadoras, procurando limitar o prejuízo absoluto ao mínimo. Risco de Crédito: O risco de crédito é definido como o risco de incorrer perdas em empréstimos e recebíveis (existentes ou potenciais, devido a compromissos dados) resultantes de uma mudança na qualidade do crédito dos devedores, o que pode resultar em inadimplência. O gerenciamento deste risco define os limites de exposição do portfólio, limites de risco de crédito aceitos para cada carteira e produto, acompanhamento dos índices de inadimplência e dos planos de ação adotados. A elaboração das políticas do risco de crédito é de responsabilidade das gerências de políticas de crédito (área subordinada à diretoria de risco), em conformidade com as políticas internas de gerenciamento de risco do Grupo BNP Paribas, alinhada às regulamentações de Basiléia II e às normas emanadas pelo Banco Central do Brasil. Posteriormente é feita validação pela área de normas e processos e pela área de compliance, sempre com aprovação final do diretor executivo de risco de crédito e de outro diretor estatutário. Risco de Mercado: Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de posições detidas por uma instituição financeira, advindas da taxa de juros, moedas e índices. Como integrante do Grupo BNP Paribas, o Banco BGN deve prover para a Área de Risco de Mercado do BNP Paribas Brasil as informações necessárias para o cálculo do VaR (Value At Risk) de todo o Grupo BNP Paribas no Brasil. A área responsável pelo Risco de Mercado do BNP Paribas executa o controle de segundo nível para o Banco BGN, aplicando rotinas e procedimentos determinados pela Política do conglomerado. A estrutura do Banco BGN, prevê a mediação, monitoramento e controle das exposições aos riscos e que baseado em Políticas Corporativas, age tempestivamente para mitigação de risco iminente. A estrutura completa do gerenciamento do risco de mercado encontra-se disponível ao público no endereço: "http://www.bancobgn.com.br/Informacoes_Financeiras/Risco_de_Mercado.shtml". Risco de Liquidez: Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos e passivos exigíveis - descasamentos, que possam afetar a capacidade da instituição. A Área de Planejamento Financeiro/ALM "Assets Liabilities Management", subordinada ao Comitê ALCO, no que tange os assuntos de risco de mercado e de liquidez, efetua o monitoramento do risco e garante o cumprimento da Política de Risco de Liquidez. A estrutura prevê o monitoramento diário dos descasamentos entre ativos e passivos que possam comprometer a instituição de honrar seus compromissos, gerando informações à Tesouraria sobre possíveis exposições a riscos, para que ações corretivas sejam tomadas, baseadas em Políticas Corporativas que regem o tema. A área responsável pelo do Risco de Liquidez do BNP Paribas executa o controle de segundo nível para o Banco BGN, aplicando rotinas e procedimentos determinados pela Política do conglomerado. A estrutura completa do gerenciamento do risco de liquidez encontra-se disponível ao público no endereço: "http://www.bancobgn.com.br/Informacoes_Financeiras/Risco_de_Liquidez.shtml". Gerenciamento de capital: A estrutura de gerenciamento de capital do Grupo Cetelem-BGN em conformidade com a Resolução nº 3.988 de 30/06/2011 do Conselho Monetário Nacional, consiste em um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição face aos riscos que ela está sujeita, com planejamento de metas e necessidade de capital, adotando uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de Mercado. O Grupo Cetelem-BGN, instituiu em sua estrutura o Grupo de Trabalho de Gerenciamento de Capital, como responsável pelas atividades relacionadas ao Gerenciamento de Capital, permitindo a segregação de funções e adequando o gerenciamento à complexidade e às características das operações do Grupo Cetelem-BGN, sendo este GT subordinado ao comitê ALCO (Assets Liabilities Committee). A estrutura completa do gerenciamento de capital encontra-se disponível ao público no endereço: "http://www.bancobgn.com.br/Informacoes_Financeiras/Gerenciamento_de_Capital.shtml". Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A Cetelem BGN instituiu uma área dedicada denominada Risco Operacional, dentro da estrutura de Compliance, com políticas específicas, processos, ferramentas e controles apropriados para a gestão do risco operacional. A área preserva sua independência através do reporte direto ao Diretor Presidente. A Diretoria da instituição é responsável pelas informações prestadas e por acompanhar as correções das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional. A instituição mantém sua posição conservadora (método básico - BIA) quanto ao capital regulatório a ser alocado para fins de riscos operacionais, por considerar que continua sendo a mais apropriada em função do atual cenário global, do nível de atividade e segmento de atuação. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco está disponibilizada através do endereço: "www.cetelem.com.br/portal/Sobre_cetelem/risco_operacional.shtml". Derivativos: A administração do Banco BGN não tem como política a contratação de Instrumentos Financeiros derivativos como forma da captação de recursos, também, não tem a necessidade de contratação dos mesmos para proteção de posições.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES
A responsabilidade pela custódia e administração de valores de clientes totaliza em 30 de Junho de 2013, R$ 42.559 (R$74.534 em 30 de junho de 2012).

A DIRETORIA

CONTADOR: CARLOS ALBERTO DE FREITAS - CRC 1SP151.732/O-1 - "S"-PE

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - RESUMO

Introdução: O Comitê do Banco BGN, composto por três membros, escolhidos entre seus diretores estatutários, é o órgão colegiado responsável por supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco BGN, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações contábeis. Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco BGN, incluídos os gestores de riscos, da auditoria interna e da auditoria independente. A Administração do Banco BGN é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. O componente organizacional de auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco BGN em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BGN, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Atividades do Comitê:** O Comitê de Auditoria do BGN foi instituído em julho de 2012 e desde então, reune-se periodicamente. Na última reunião, ocorrida em 30.07.2013, com o intuito de discutir e analisar as demonstrações financeiras de 30.6.2013, o Comitê tomou conhecimento dos principais aspectos dos fechamentos contábeis dos balanços do primeiro semestre de 2013, o que incluiu pontos de gerenciamento de riscos e dos trabalhos da auditoria interna e da auditoria independente. Foram desenvolvidas as seguintes atividades pelo Comitê de Auditoria: • Elaboração de Regulamento, que estabelece as regras para seu funcionamento; • Ouvidoria: discussão e avaliação da estrutura vigente, das atividades realizadas, dos controles instituídos. Foi considerada positiva a evolução dos resultados do trabalho da Ouvidoria, situação confirmada pelos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente; • Controles Internos, Compliance e Administração de Riscos: discussão e avaliação das estruturas vigentes, dos procedimentos e indicadores utilizados, dos Relatórios instituídos e dos principais projetos em andamento nas áreas. O Comitê considera que estão apropriados os controles instituídos; • Auditoria interna: discussão e avaliação da estrutura vigente e das missões realizadas de janeiro de 2013 a junho de 2013, e do programa de trabalho para o 2º semestre de 2013. O Comitê considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos foram satisfatórias; • Auditoria Independente: discussão e avaliação dos pontos de destaque do trabalho realizado para avaliação das demonstrações contábeis de 30.6.2013, e aspectos de trabalhos de anos anteriores. O Comitê considera satisfatórias as informações recebidas dos auditores independentes sobre os trabalhos realizados; • Demonstrações contábeis: discussão das práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis de 30.6.2013. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria, com base nas informações recebidas, ressalvado o fato de ter sido constituído recentemente, entende que as demonstrações contábeis de 30.6.2013 do Banco BGN foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nas revisões e discussões acima mencionadas, o Comitê de Auditoria recomenda, ao Conselho de Administração, a aprovação das demonstrações contábeis auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2013.

São Paulo, 19 de agosto de 2013

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco BGN S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco BGN S.A.** ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **Banco BGN S.A.** em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC nº 1 PR 050377/O-6 "S" SP